O SABER GEOGRÁFICO E A PRÁTICA POLÍTICA: A REGIONALIZAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1930/1950)

GEOGRAPHIC KNOWLEDGE AND POLITICAL PRACTICE: THE REGIONALIZATION OF THE STATE OF SÃO PAULO (1930/1950)

EL SABER GEOGRÁFICO Y LA PRÁCTICA POLÍTICA: LA REGIONALIZACIÓN DEL ESTADO DE SÃO PAULO (1930/1950)

CARLO EUGÊNIO NOGUEIRA

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Rondonópolis. AGB – Seção Cuiabá. E-mail: carleugenio@gmail.com

* Artigo publicado em março de 2017.

Resumo: Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a reestruturação do aparelho estatal teve como pano de fundo a produção de diagnósticos científicos sobre a realidade brasileira. Nesta conjuntura, o papel do Conselho Nacional de Geografia (CNG), integrado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representou o coroamento dos esforços que intentavam firmar, em nível federal, um órgão de planejamento territorial. Ao longo da década de 1940, o CNG propôs uma nova divisão regional do Brasil, encetando estudos que tinham como finalidade o detalhamento cartográfico da realidade geográfica de cada estado. Neste artigo, discutem-se certos aspectos do debate travado entre o CNG e a seção paulista da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-SP) acerca da regionalização oficial do estado de São Paulo. Ao elaborar um estudo que discute tal episódio, problematizando a relação existente entre o conhecimento geográfico e a prática política, tem-se o objetivo de enfocar, de maneira conjunta, o contexto histórico do país (geografia histórica) e a produção científica do campo disciplinar (história da geografia), contribuindo, dessa forma, para se indicar outras possibilidades de compreensão do legado da chamada geografia clássica.

Palavras-chaves: Pierre Monbeig, regionalização, história da geografia.

Abstract: During Getúlio Vargas's administration (1930-1945), the Brazilian State was restructured due to the necessity of producing scientific descriptions of its reality. In this context, the role of the National Council for Geography (CNG), integrated in the Brazilian Institute of Geography and Statistics, can be seen as crucial, since it represents the fulfillment of the efforts which intended to built a federal agency of territorial planning based on the systematization of statistical data. During the 1940's, along with the process of institutionalization of geography, the CNG proposed a new regional division for Brazil, encouraging studies that were thought to detail in cartographic basis the geographical reality of each Brazilian state. In this article, we discuss some aspects of the debate on the official regionalization of the state of São Paulo that took place between the CNG and the São Paulo's Section of the Association of Brazilian Geographers, at the time headed by Pierre Monbeig and his disciples of the University of São Paulo. Tthe aim of this paper is to draw up a study that discusses how this episode can elucidate the relationship held between geographic knowledge and political practice, focusing as well as on the brazilian historical context (historical geography) as on the scientific production within the disciplinary field (history of geography). In doing so, we seek to indicate new possibilities of understanding the legacy of the so-called classical geography.

Keywords: Pierre Monbeig, regionalization, history of geography.

Resúmen: Durante el gobierno de Getúlio Vargas, la re-estructuración del Estado y la necesidad de producir diagnósticos científicos sobre la realidad brasileña estaban estrechamente correlacionadas. Así, la función del Consejo Nacional de Geografía (CNG) adquiere suma importancia, siendo, como es, el coronamiento de los intentos de fundar un órgano federal de planeamiento del territorio basado en la sistematización de los datos estadísticos, el cual produjo una nueva división regional de Brasil mediante la descripción cartográfica de cada región, contribuyendo con la institucionalización de la geografía como saber autónomo. En este trabajo, considerando algunos de los debates acerca de la regionalización oficial de la provincia de San Pablo trabados entre el CNG y el grupo paulista de la Asociación de Geógrafos Brasileños (AGB-SP), comandado por Pierre Monbeig, trataremos juntamente del contexto histórico (geografía histórica) y de la producción científica (historia de la geografía) de la geografía en Brasil, ayudando, así, a comprender el legado de la llamada geografía clásica.

Palabras clave: Pierre Monbeig, regionalización, historia de la geografía.

INTRODUÇÃO

A primeira divisão territorial oficial do Brasil foi proposta, em 1942, por Fábio de Macedo Soares Guimarães, geógrafo do Conselho Nacional de Geografia (CNG), ligado ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A análise desta primeira divisão territorial abre a perspectiva de esclarecer de que maneira o conhecimento produzido nas novas instituições ocupadas com o saber geográfico, a partir da década de 1930 (que marcou o início do processo de institucionalização dessa disciplina), poderia ser politicamente instrumentalizado, conferindo, por exemplo, um arcabouço científico aos esforços empreendidos pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945) para esvaziar o poder das antigas elites estaduais. Tal arcabouço resultou exatamente na construção, ou ressignificação, do conceito de região, utilizado pelo governo muito mais num sentido de regionalismo cultural, e não como escala de divisão político-administrativa.

Com efeito, essa primeira regionalização do Brasil embasava-se no critério fisiográfico já utilizado, em 1913, por Delgado de Carvalho (1930), em sua pioneira classificação regional do país, partindo das diferenças observadas entre os elementos naturais (vegetação, relevo e clima) para delimitar as grandes regiões do Brasil, que se tornariam, a partir daí, a base territorial fundamental utilizada para a apresentação e tabulação dos dados estatísticos que seriam levantados pela nova agência de informações do governo. Tomando por base essa nova divisão regional, o CNG apresentou, ao longo da década de 1940, estudos detalhados que propunham a regionalização de diferentes estados da federação. Sem dúvida, isto estava ligado, por um lado, ao objetivo do IBGE de fornecer uma renovada base cartográfica para o país como forma de completar o Censo de 1940, e, por outro lado, à chamada "cruzada ibegeana" pelo conhecimento tecnocientífico do território brasileiro (ADAS, 2009; SENRA, 2008).

A bem dizer, o reposicionamento da relação estabelecida entre o conhecimento do território, a conquista do sertão e a consolidação da nacionalidade, na primeira metade do século XX, catalisando maneiras diversas de apreensão do espaço, frutificou em influentes ideologias geográficas (MORAES, 1988) que serviram como justificativa para diversas políticas territoriais (DINIZ, 1994). Esse desdobramento semântico do sertão em fronteira, como resultado da mudança de perspectiva das narrativas do pensamento político-social (SOUZA, 1997), ao longo da década de 1930, embasou um uso instrumental do conceito de região que combinava os termos "sertão", "fronteira" e "nação" a partir de uma definição renovada do que quer que fosse a identidade regional.

Na verdade, o regime de Vargas combatia a exacerbação do sentimento regionalista, acusado de ser uma corruptela do separatismo, como forma de se contrapor às práticas políticas das antigas elites regionais oligárquicas. Não se opunha, entretanto, ao regionalismo, tomado como expressão de formas específicas de manifestação cultural, isto é, como arranjos culturais espacialmente localizados que, vistos em conjunto, exprimiriam localmente a diversidade do caráter nacional (VELLOSO, 1990). Desse modo, ao despolitizar o conceito de região, utilizando-o seja como base fisiográfica dos levantamentos estatísticos, seja como base espacial das identidades locais, a ditadura varguista conferia-lhe novo significado, definindo o conteúdo do nacional a partir do regional filtrado por sua concepção autoritária e centralizadora da sociedade:

> no discurso de Getúlio Vargas o cerne da identidade nacional era localizado nos hábitos e símbolos tradicionais do Brasil 'profundo', com a cultura brasileira sendo apresentada como a somatória de identidades regionais visualizadas como folclore (MORAES, 2011: 125).

De volta à regionalização do país proposta pelo IBGE, uma vez entendido que o tema da divisão territorial colocava-se como um desdobramento dos problemas da coesão e da integração

do território – problemas sempre lembrados pelos geopolíticos próximos do regime na sua cruzada contra as oligarquias regionais –, percebe-se que "a criação das Grandes Regiões Naturais representou, neste sentido, uma forma de intervenção técnico-administrativa sobre os estados, ao mesmo tempo em que incentivava o municipalismo" (PENHA, 1993, p. 108). Aliás, num trecho que demonstrava com clareza a concepção corrente sobre os limites do trabalho intelectual do geógrafo (visto mais como auxiliar da deliberação e ação políticas do que responsável por elas), Fábio de Macedo Soares Guimarães expôs os porquês de ser o natural o critério mais adequado para efetuar a delimitação regional do Brasil para fins estatísticos. Vinha, assim, reafirmar a despolitização do conceito de região, pois, na definição oficial, a região se referia ou a fenômenos naturais ou a manifestações culturais:

> A divisão regional mais adequada, mesmo do ponto de vista prático, é a que mais se aproximar das realidades geográficas; ou, em outras palavras, tais regiões devem assemelhar-se o mais possível às "regiões naturais". Cabe assim ao geógrafo fornecer a base para a solução do problema prático, resolvendo previamente o teórico, do ponto de vista científico, com o estabelecimento duma divisão em "regiões naturais". Com tal base, estará apto o administrador a encontrar a melhor solução prática, modificando convenientemente, de acordo com as necessidades administrativas, a divisão que lhe é apresentada pelo geógrafo (...). É urgente, por conseguinte, que seja adotada uma divisão regional única para fins estatísticos, e que esta permaneça estável por um largo período, abrangendo diversos recenseamentos que se forem realizando, a fim de que se possam comparar as situações do país em diferentes épocas (...). Como já fizemos notar, a divisão política ideal é a que se aproxima o mais possível da divisão em "regiões naturais". Mesmo, porém, que tal aproximação ideal não seja possível, por motivos de ordem administrativa e econômica, o que é sobretudo essencial é que haja uniformidade, principalmente para fins estatísticos (GUIMARÃES, 1942: 5/7-8).

Ora, para que se possa visualizar mais claramente de que maneira os critérios estabelecidos por essa proposta estavam longe

de formar um consenso dentro da nascente comunidade dos geógrafos, vale apontar aqui as diferenças de posicionamento existentes entre o grupo de geógrafos paulistas da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em relação aos estudiosos centrados no CNG/IBGE. Realmente, tomando ciência dos resultados do estudo apresentados pelo CNG acerca da divisão regional oficial do estado de São Paulo, os geógrafos paulistas, quase todos ligados à Universidade de São Paulo (USP) e liderados por Pierre Monbeig,[1] empreenderam um grande esforço coletivo para produzir um relatório crítico que contestasse os pressupostos teóricos utilizados pelo grupo do CNG em sua proposta de regionalização. Os debates entre ambas as propostas tiveram lugar na representativa reunião da Associação dos Geógrafos Brasileiros ocorrida em 1946, que oficializou as mudanças postas no estatuto no ano anterior e transformou a AGB numa entidade de alcance verdadeiramente nacional (ABREU, 2006; ANTUNES, 2008).

Fundada em São Paulo, em 1934, por iniciativa de Pierre Deffontaines, a AGB não possuía os recursos financeiros, a estrutura material e nem o pessoal técnico especializado que autorizasse uma comparação com o CNG em patamar de igualdade, visto que não contava com a visibilidade experimentada pelo órgão geográfico do governo central. Nesse sentido, a possibilidade de se analisar sua história (ou parte dela) em conjunto com a consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da USP não deve, de fato, extrapolar as especificidades de cada situação institucional, que certamente revelam singularidades e diferenças (NOGUEIRA, 2012). Contudo, o fato de a sede da AGB estar, até hoje, no prédio de Geografia e História da USP, aliado à imagem que faziam dela os geógrafos paulistas – que, na época, a viam como a "sua" entidade de representação –, permite que se estabeleçam certos laços entre a AGB e esta universidade (MONTEIRO, 1980; PETRONE, 1982).

[1] Geógrafo francês. Foi presidente da AGB e responsável pela cátedra de Geografia Humana da USP, entre 1935 e 1946.

Nesse momento inicial, sobressaem alguns aspectos curiosos: primeiro, a situação incomum de termos uma entidade profissional autônoma de caráter privado sendo fundada fora da Capital Federal; segundo, e relacionado com o anterior, a circunstância ímpar de os interesses – e mesmo de os associados – da nova associação ficarem praticamente restritos aos limites da realidade paulista, remetendo-se ao círculo de afinidades políticas e intelectuais enredados com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e com o próprio funcionamento da cátedra de geografia desta faculdade. Por isso, a importância inicial da AGB não pode, de maneira nenhuma, ser superestimada, sendo muito ilustrativo, nesse sentido, o fato de que, nos primeiros dez anos de sua existência, sobretudo antes da mudança dos estatutos e do processo de efetiva nacionalização da entidade, as reuniões quinzenais da AGB não logravam atrair um público muito superior a vinte pessoas, conforme o registrado nas atas originais (SEABRA, 2008). Este fato revela o alcance limitado de suas discussões e resoluções, praticamente restritas ao universo dos alunos e professores do curso de geografia da USP, que formavam o grosso dos entusiastas.

Aliás, é interessante notar que o esforço de regionalização do estado de São Paulo – objetivo presente na ata de fundação da AGB que foi perseguido pelos geógrafos uspianos, desde então[2] – permitiu esboçar a existência de um procedimento de trabalho que culminou com o florescimento, neste estado, de certo espírito de trabalho coletivo até então inexistente em outros centros (BERNARDES, 1982).

[2] Conforme mostra a série de textos de síntese que se detiveram sobre o tema, como o primeiro escrito de Deffontaines (1935), e as diligências de caráter sistemático de Monbeig (1949; 1954), cujos resultados foram retomados, a partir de então, como ponto de partida para as discussões posteriores presentes nos escritos de Ary França (1960) e Pasquale Petrone (1966).

A valorização do critério econômico nos processos de regionalização

De maneira representativa, o texto produzido pelo núcleo paulista da AGB, intitulado "A divisão regional do estado de São Paulo", abriu os anais referentes às reuniões ocorridas em 1946, publicados somente em 1949. Pierre Monbeig iniciou esse estudo fazendo os protocolares elogios à "importância do trabalho tão sugestivo efetuado por nossos companheiros do Conselho Nacional de Geografia", que haviam, pela primeira vez, empreendido "um estudo sério da divisão regional geográfica deste continente, que é o Brasil" (MONBEIG, 1949, p. 19). Também chamou a atenção para o fato de que o grupo de geógrafos por ele encabeçado nem sempre tenha encarado o problema da divisão regional de São Paulo da mesma forma que o CNG, sublinhando, ainda, que tais divergências, que deveriam ser fecundas para o debate ora iniciado acerca da divisão regional do Brasil, provinham "de pontos de partida diferentes" (MONBEIG, 1949, p. 19).

Segundo nos parece, o ponto mais relevante dessa disputa epistemológica era a definição dos parâmetros básicos que guiariam a regionalização, feita por Pierre Monbeig logo no início de seu primeiro trabalho sobre o tema, uma vez que o relatório sobre a divisão regional de São Paulo proposta pelos agebeanos paulistas (apresentado na 2a Assembleia Geral da AGB, ocorrida em Lorena, no ano de 1946) partiu de alguns esclarecimentos conceituais que não haviam sido feitos pelo CNG:

> torna-se indispensável, antes de cartografar as regiões, ficar-se de acordo a respeito do critério escolhido, a fim de que se saiba quais os fundamentos da unidade regional. Ora, devo confessar, sobre esta questão a Seção Regional de São Paulo sentiu-se deveras embaraçada. Procuramos nas publicações do CNG, informações que pudessem nos esclarecer a respeito do que se entende por 'grande região', 'região', 'sub-região' e 'zona'; infelizmente, nada encontramos que nos pudesse esclarecer (...). Depois de refletir sobre essa preliminar, ficamos de acordo a respeito dos princípios seguintes: 1) 'regiões' correspondem a vastas unidades fisiográficas; 2) as

> 'sub-regiões' são delimitadas levando-se em conta, essencialmente, a paisagem geográfica (...) 3) as 'zonas' são encaradas sobretudo tendo-se em vista os fatores econômicos e, particularmente, as relações regionais que se organizam em função de um centro urbano (MONBEIG, 1949: 20).

A discussão terminológica sobre o significado conferido aos termos "região", "sub-região" e "zonas", feita por conta da nomenclatura utilizada pelo CNG no mapa que acompanhava o seu estudo, pode parecer estéril caso não seja apontada a novidade que então representava a definição das "zonas" a partir dos aspectos puramente econômicos (particularmente aqueles organizados em torno de um centro urbano). Em vista dos estudos que Monbeig então desenvolvia a respeito do processo de expansão territorial de lavouras, pastos e cidades que estava em curso nos planaltos paulistas e norte paranaenses, não é demais lembrar que a preferência pelos fenômenos econômicos representava um avanço como critério de base para o estabelecimento de limites regionais, pois, até então, os trabalhos geográficos continuavam ainda muito presos aos fenômenos físicos e naturais, tidos normalmente como aqueles que deveriam, tanto quanto possível, guiar as observações dos geógrafos.

Para Monbeig, que retornou ao tema em 1954, num texto publicado no livro *Aspectos geográficos da terra bandeirante* (editado pelo CNG em homenagem ao IV centenário da Cidade de São Paulo), o substrato físico era o ponto de partida para a divisão regional, e não o seu resultado final. Assim, a região natural era concebida como uma extensão da superfície terrestre originada pela ação recíproca e inseparável de elementos físicos e biológicos que, ao interagirem, constituíam uma unidade:

> Uma região natural, portanto, é um complexo geográfico. Sua individualidade concretiza-se na paisagem. Se paisagens vizinhas diferem, é porque há complexos geográficos diferentes no interior dos quais a combinação dos elementos físicos e biológicos se efetuou de modos diferentes (MONBEIG, 1954: 182-183).

Como observador atento das paisagens, o geógrafo deveria buscar sempre apreender os conjuntos, indicando de que maneira a ação humana poderia transformar diferentemente o mesmo substrato natural. Assim, o que estaria em jogo seriam exatamente os "mecanismos das ações recíprocas do meio e do homem" (MONBEIG, 1954, p. 183), uma vez que não se poderia estabelecer, a priori, uma concordância direta entre as regiões naturais e as atividades humanas: "A pesquisa regional não deve, pois, deter-se na delimitação espacial da região, nem na enumeração e simples descrição dos elementos que formam a região natural" (p. 183). Portanto, a divisão regional em grandes unidades naturais seria um procedimento útil e suficiente apenas caso se quisessem definir, em linhas gerais, as feições apresentadas por um complexo geográfico sobre o qual a sociedade ainda não tivesse agido decisivamente como fator de modificação, "mas não se o estudo regional tiver o objetivo de registrar e cartografar o comportamento dos homens" (p. 195):

> Os fenômenos da geografia humana não se acham inscritos automaticamente nos grandes quadros físicos que vimos tentando definir (...). Não se pode dar por finda a tarefa do geógrafo, uma vez reconhecidas e delimitadas as regiões naturais e estabelecidas suas relações com as atividades dos homens que nelas habitam. É grave erro de ótica procurar enquadrar os fatos sociais e econômicos nas paisagens naturais. Nada impede que surja a pergunta: – Não decorrem de tal método as dificuldades encontradas em tantas tentativas de divisão regional paulista? (MONBEIG, 1954: 196-197.)



Figura 1 – A divisão do estado de São Paulo conforme o CNG

Fonte: Monbeig (1949).



Figura 2 – A divisão do estado de São Paulo conforme a AGB-SP

Fonte: Monbeig (1949).

Nesse sentido, o que os geógrafos paulistas apontavam era que um dos principais problemas das tentativas de divisão regional efetuadas no Brasil seria a vontade de replicar aqui as diretrizes de trabalho consagradas na Europa, pois, em países de povoamento recente, não haveria nada próximo ao sentimento regional que, na França, era intrínseco aos termos *pays* e *paysan*.[3]

[3] Termos que encerram em suas definições o resultado de uma longa experiência de relações recíprocas entre os homens e o meio (que tenderiam, pois, ao equilíbrio).

Expressivamente, Monbeig disse que os séculos de colonização de origem europeia, em solo hoje paulista, deixaram traços perceptíveis nas paisagens, uma vez que seu processo de ocupação foi agitado pela sucessão de ciclos agrícolas, conjugando uma série de fatores históricos, políticos e econômicos (como, por exemplo, o movimento de expansão para os planaltos do oeste, o desembarque em massa de imigrantes e a afirmação do império do café). Todavia, o processo de aprendizado da natureza presente no movimento de posse e alteração de paisagens naturais – que, na época, ainda não havia se completado – demandaria, para a elaboração de uma divisão regional minimamente comprometida com a realidade geográfica, a aplicação de outros critérios que não apenas o fisiográfico ou o histórico. Ganhou destaque, assim, a estrutura econômica responsável pelo dinamismo da sociedade paulista da época:

> Inicialmente, consideremos a "região geográfica", isto é, a unidade regional onde se processou a síntese entre as condições físicas e os fenômenos humanos (...). Da pré-história às últimas décadas, pode-se acompanhar às apalpadelas os malogros e os êxitos dos grupos que se sucederam neste quadro e que lhe completaram a conquista, depois de se ter com tamanha intensidade e por tanto tempo, agido sobre o meio a ponto de, de certo modo, terem-no criado de novo. Quatro séculos marcam atualmente a presença dos paulistas em São Paulo (...). *Quadros históricos ou quadros naturais, uns e outros são insuficientes*. Talvez o erro esteja em procurar quadros em lugar de considerar fatos. Provém ainda da aplicação demasiadamente fiel, no caso paulista, de métodos aplicados em outros casos. Se há regiões cuja história esclarece a geografia humana, a volta ao passado não tem a mesma eficácia em São Paulo. É necessário, portanto procurar alhures o traço fundamental de sua geografia humana (...). *A estrutura econômica é o fator decisivo*, a chave das duas características fundamentais da geografia paulista: dinamismo e instabilidade. É lógico, portanto, *ir buscar nos fatos econômicos os elementos de uma divisão regional* (MONBEIG, 1954: 197/199/201). [grifos nossos]

A noção de complexo geográfico presente nos trechos compilados confere à análise geográfica das paisagens um claro direcionamento de cunho metodológico, pois compreende que cada

seção do espaço pode ser explicada a partir de um arranjo de diferentes fatores físicos, biológicos e sociais (DANTAS, 2002). Por este princípio, derivado de Vidal de La Blache e aperfeiçoado por André Cholley (1951), um complexo geográfico seria o resultado sempre dinâmico de uma combinação dos fatores que incidem diretamente na organização das paisagens de uma região. Em vista disso, o princípio de combinação subjacente à ideia de complexo geográfico, detalhado por Cholley nas décadas de 1940 e 1950, pode mesmo ser encarado por comentadores contemporâneos como o "ancestral" das atuais abordagens sistêmicas em geografia (FRÉMONT, 2005).

Assim, ao se analisar uma paisagem florestal, os fatores de ordem física e biológica teriam uma importância maior do que os de ordem humana para a caracterização e descrição explicativa do complexo geográfico considerado. Ao passo que, numa paisagem humanizada, seriam os fatores econômicos, políticos ou culturais os que se combinariam, com maior influência, na organização do arranjo paisagístico, estabelecendo os laços de solidariedade, em escalas local e regional, que seriam identificados pelo olhar do geógrafo. Logo, nos mecanismos de ação e interação desenvolvidos entre o meio físico-biológico e as sociedades humanas, o complexo regional natural orientaria as atividades e comportamentos dos grupos humanos, mas não os determinaria, de maneira alguma, limitando-os apenas, pois, de lugar para lugar, variam os hábitos, as técnicas e a estrutura econômica dos grupos humanos, mesmo que estes estejam alocados em meios naturais similares ou até idênticos.

Embora, atualmente, tal procedimento possa parecer banal, a luta contra a geografia determinista, que via a atividade dos grupos humanos como reação mais ou menos direta das contingências impostas pela natureza, era uma pauta que continuava na ordem do dia, na década de 1940. Isto não quer dizer, obviamente, que Monbeig ou Cholley enxergassem de maneira crítica as contradições inerentes às relações sociais, que

eram compreendidas mais a partir dos resultados que plasmavam as alterações materiais nas paisagens. Em outras palavras, as relações sociais não eram o foco da análise, sendo naturalizadas e tomadas apenas como um fator geográfico a mais entre as outras forças consideradas como agentes de modificação da natureza. Mesmo assim, a incorporação dos fenômenos econômicos relacionados ao processo de povoamento e ocupação do território como critério para a delimitação regional do espaço não deixava de ser um avanço, se comparada às regionalizações que continuavam a se guiar de modo preponderante pelas regiões naturais.

A postura favorável ao uso do critério natural, presente no trabalho do CNG, já havia sido criticada no relatório de 1946, quando Monbeig fez sutil alusão à "preocupação geológica do CNG (que não é censurável senão quando leva a uma exclusão muito radical dos caracteres geográficos)" (MONBEIG, 1949, p. 23). Esta crítica apareceu de forma cristalina quando o geógrafo francês passou a discutir em pormenor os motivos que levaram os geógrafos paulistas da AGB a rejeitarem, na regionalização oficial do CNG, a delimitação de uma "zona industrial" que incluiria, na sub-região da capital paulistana, as cidades de Campinas e Jundiaí:

> As atividades industriais das duas cidades têm grande autonomia em relação às da capital; a produção agrícola é, pelo menos, tão importante quanto às das fábricas. Se a divisão em zonas funda-se na existência de unidades econômicas e em fatos de relações e de circulação, ninguém pode recusar a Campinas uma função de "capital regional" (...). Devemos, pois, inclinar-nos diante da realidade e, conseqüentemente, considerar à parte uma zona de "Campinas" (...). Estamos em face de uma região econômica cujos limites sobrepõem-se aos das regiões naturais. No caso agora considerado, estabelece-se ela ao mesmo tempo na região do Planalto Atlântico e na Depressão Paleozóica; chega a abranger, mesmo, tonalidades paisagísticas mais variadas. Entretanto, salvo má compreensão de nossa parte, o método seguido na confecção da divisão regional aceita como princípio que uma "zona", ainda que fundada sobre fatos econômicos, não pode ser inscrita senão no interior de uma só e única sub-região; e que, de mais a mais, ela própria

> tem sua unidade fundada sobre critérios físicos. Isto estabelece como que um primeiro postulado: que a região física determina a existência da região econômica; do que resulta um segundo postulado: que uma unidade física corresponde sempre a uma unidade cultural ou econômica (MONBEIG, 1949: 26-27).

A recusa em tomar o critério físico-natural como forma de se estabelecer os limites entre as diferentes zonas[4] transformou-se, então, na recusa de uma geografia que tentava fazer coincidir os limites das regiões naturais com a extensão de determinadas atividades humanas, tarefa ainda mais arriscada no Brasil, onde "a posse do solo pelo homem é ainda recente" (MONBEIG, 1949, p. 21). Contudo, se fica evidente, no trecho em destaque, o esforço em dotar a geografia humana de critérios mais adequados para a divisão regional de fenômenos sociais, isto não quer dizer que se prescindia absolutamente da contribuição da geografia física.

Na verdade, o entendimento da geografia como a ciência que buscava fazer uma síntese das relações homem-meio não se desprendeu facilmente da linguagem organicista herdada de seu alinhamento com as ciências naturais, propugnado por Vidal de La Blache (BERDOULAY, 1981). O *status* naturalista da geografia vidalina, ciência natural da sociedade (CLAVAL, 2007), ainda que contivesse a possibilidade de análise das esferas política, econômica e cultural, conferia autonomia relativa a cada um destes aspectos, enredando a vida social ao meio onde esta se enraizava (RIBEIRO, 2010). Sendo assim, vejamos como Monbeig lançou mão de um vocabulário naturalista e de aproximações entre a sociedade e a natureza, no exato momento em que recriminou as interpretações deterministas que impunham uma unidade econômica e cultural decorrente de uma unidade física e natural:

[4] Segundo a definição proposta pela AGB, estas zonas deveriam ser definidas a partir de outros parâmetros, como as "unidades econômicas" e os "fatos de relação e circulação" polarizados em função de um centro urbano de alcance regional.

> Uma zona econômica é, pois, formada de células, cuja infraestrutura física não é a mesma. *Bem ao contrário, tudo se passa de modo a nos provar que a unidade econômica superpõe-se à variedade física*; são a variedade física e a justaposição de recursos naturais, freqüentemente complementares um dos outros, que, ao mesmo tempo, dão origem à unidade econômica. O método seguido pelo CNG leva a pensar que as divisões regionais se encaixam uma nas outras como aquelas construções com as quais brincam as crianças: paralelepípedos com bonitas figuras (as "paisagens" dos geógrafos), que entram umas nas outras. Nosso maior paralelepípedo é a unidade fisiográfica; o volume de tamanho médio é a unidade de paisagem; e o menor, que é o econômico, entra automaticamente no médio, que não pode senão encaixar-se no maior. Infelizmente, esta uniformidade não passa de uma simples concepção teórica. (...). Finalmente (e esta conclusão parece-nos a mais importante), verificamos mais uma vez que as *"regiões humanas"* ou, se for preferível, "econômicas", ou "culturais" (o importante é saber o que se procura e o sentido dado às palavras) *não podem ser inscritas a priori nas "unidades naturais"*. São duas ordens de cousas distintas. Do ponto de vista científico, torna-se cair no determinismo anacrônico, quando se teima em fazer coincidir a "região natural" com a "região humana". Se se encara a aplicação para fins administrativos, econômicos ou demográficos, políticos em uma palavra, é perigoso violar-se a realidade; partindo de princípios errôneos, chegar-se-á a uma divisão regional muito diferente da realidade (MONBEIG, 1949: 27/36). [grifos nossos]

Numa apreciação cuidadosa, a preocupação de Monbeig com a adoção de critérios adequados para a elaboração de uma regionalização mais afeita à geografia humana abarcava também o aspecto político da atuação científica deste geógrafo. Como se pode depreender da citação acima, uma divisão regional que negasse a realidade dificultaria sua aplicação para fins administrativos, econômicos ou demográficos, afastando-se da prática da verdadeira política, compreendida como o *locus* das decisões administrativas, um campo decisório sem conflitos que poderia melhor direcionar suas ações de governo a partir de um embasamento científico das necessidades reais da população. Este juízo, que seria retomado por Monbeig em outras ocasiões, incluía uma interpretação sobre a inserção do CNG no aparelho de Estado brasileiro, uma vez que este conselho era o órgão responsável por

sistematizar as informações geográficas do país. Nesse sentido, fica claro que Monbeig não desprezava a contribuição de estudos regionais pautados por critérios físicos e naturais. Pelo contrário, ele os incluía como estudos fundamentais para a geografia, mas indicava a necessidade de se definirem, com mais rigor, os parâmetros utilizados para uma regionalização, evitando que uma mesma proposta contivesse regiões delimitadas a partir de critérios distintos:

> Reconhecer e cartografar as regiões naturais do Brasil é uma tarefa; reconhecer e cartografar suas regiões humanas é uma outra tarefa. Todas as duas são da competência do geógrafo; todas as duas têm um caráter científico e todas as duas, em conjunto, devem servir para fins práticos. Devem elas caminhar paralelamente, para que se possa, em seguida, confrontar seus resultados e tirar as conclusões. Confundi-las em suas origens e em suas realizações não pode senão criar confusões e levar à impotência (MONBEIG, 1949: 36).

Expressivamente, a década de 1930 pode ser tomada como um ponto de inflexão da geografia brasileira, principalmente pela atuação de algumas figuras de inconteste proeminência, como Pierre Monbeig, cuja obra foi, de algum modo, continuada por discípulos mais próximos – o que indica a rotinização da produção científica da geografia, que, a partir de então, passou a ser praticada e fundamentada em novos parâmetros. Sua atuação como pesquisador, aliada às suas preocupações didáticas como docente, fez com que sua obra aparecesse como um modelo de escrita dentro do espaço acadêmico-universitário brasileiro. Isto quer dizer que a forma de se fazer ciência, por ele defendida, fosse tomada como o exemplo acabado do que deveria ser um trabalho científico de geografia, do qual a monografia regional descritivo-explicativa, apoiada em farto material cartográfico e iconográfico conseguido por meio das observações diretas efetuadas no campo, seria o epítome. Por outro lado, seus escritos catalisaram a emergência de alguns temas que logo se considerariam incontornáveis a uma análise geográfica do real, direcionando estudos e consolidando linhas de pesquisa aparentadas que

contavam com um vocabulário conceitual único, circunstância que expressava a formação de alguns denominadores comuns entre sua obra e as que a sucederam temporalmente.

O aludido "sentido de grupo" professado de um modo particular pelos geógrafos vinculados à FFCL/USP (ANDRADE, 1987), perceptível nas escolhas temáticas, nos procedimentos de pesquisa e no arcabouço metodológico de predominante sotaque francês, permite que se enxergue ali a germinação de um sistema de obras interligadas por certos denominadores comuns, tais como: a predileção pelos conceitos de paisagem, região e *habitat*; a concepção da geografia como ciência de síntese que privilegia as relações homem-meio; a importância conferida ao trabalho de campo e as metáforas organicistas que estabeleciam analogias entre os fenômenos físico-naturais e as relações sociais (já que estas, esvaziadas de sentido crítico, seriam, em grande medida, condicionadas por aqueles).

Os resultados concretos da chamada "geografia clássica" (na época, alcunhada "moderna") assim praticada, adquiriram plena maturidade tanto nas teses defendidas na USP, nas décadas de 1940 e 1950, quanto nos trabalhos dos geógrafos brasileiros apresentados durante o encontro internacional de geografia da União Geográfica Internacional (UGI), ocorrido no Rio de Janeiro, em 1956. É, pois, absolutamente factível que se compreenda a geografia acadêmica surgida com a consolidação institucional dos cursos universitários como uma componente do imaginário espacial professado abertamente no Brasil, durante a primeira metade do século XX.

Foi à luz desse contexto histórico que as iniciativas elaboradas após a institucionalização universitária da disciplina, feitas sob o estímulo e incentivo de novas associações profissionais (como a AGB e o CNG/IBGE), indicaram a possibilidade de a geografia acadêmica que se consolidava elaborar um conjunto de imagens e ideias sobre o país. Imagens e ideias envoltas em uma aura de cientificidade, mas não muito distantes daquelas

verificadas em outras épocas e ambientes institucionais, como, por exemplo, nas expedições de intelectuais e cientistas que se dirigiram ao interior do país, no início do período republicano, nas dos médicos sanitaristas ou mesmo da Comissão Rondon (LIMA, 1999; MACIEL, 1998; MAIA, 2008). Realmente, as construções discursivas que mobilizam conceitos de base espacial para explicar o país, associando qualidades mesológicas à sociedade como um todo, são informadas por diferentes concepções do espaço, apropriações simbólicas cujo exame possibilita sublinhar a centralidade que o tema da expansão territorial da sociedade brasileira tem para a prática e difusão da ciência geográfica, consolidando importantes espaços institucionais (MORAES, 1991).

Do ponto de vista da consolidação do campo disciplinar (BOURDIEU, 1989), o projeto científico-pedagógico encampado pelos cursos universitários e pelas novas instituições geográficas de ensino e pesquisa foi bem-sucedido no estabelecimento de uma rede de relações e de trocas científicas e intelectuais que erigiram as condições concretas para a reprodução da geografia institucional no Brasil. Vale afirmar ainda que, apesar de contundentes evidências, nítidas no caso do CNG,[5] a análise da questão da associação direta entre projetos políticos, trajetórias institucionais e os interesses do Estado é assunto ainda em aberto para a AGB ou para o grupo de geógrafos da FFCL/USP.

Em relação aos uspianos, embora seja possível vislumbrar, por vezes, um tom utilitário (patente seja nos textos de Aziz Ab'Saber (1955; 1956) sobre o potencial hidrelétrico das linhas de quedas (as *fall lines*) identificadas nas bacias hidrográficas dos rios Tietê e Paraná, seja nos estudos de Maria de Lourdes Pereira Radesca (1956) sobre as necessidades energéticas

[5] Devido ao seu caráter técnico-administrativo de órgão auxiliar na produção de diagnósticos de problemas e na elaboração de políticas territoriais inseridas no contexto planificador do governo central, o CNG reverberava, de modo mais explícito, os valores ideológicos estatais (MACHADO, 2009).

do parque industrial paulista, ou ainda nos textos de Elina de Oliveira Santos (1956) sobre as possibilidades de urbanização trazidas pelas obras de retificação do Tietê), não é possível verificar, sem antes efetuar uma apreciação mais detida, a conexão entre o conhecimento geográfico produzido e a tomada de decisões políticas cientificamente informadas. É, pois, de difícil comprovação o enunciado que liga diretamente as obras dos geógrafos uspianos das décadas de 1940 e 1950[6] às políticas territoriais que pautavam as modificações impetradas nas paisagens pela ação intencional de órgãos públicos.

Geografia e política: os critérios econômicos e a psicologia bandeirante

A propósito, cumpre, então, questionar em que medida a adoção de critérios econômicos para suas propostas de regionalização, que tomam os estudos efetuados sobre a movimentação das frentes pioneiras como critério básico de classificação, pode indicar a assunção do grupo de geógrafos encabeçados por Monbeig aos desígnios de classe do grupo que o trouxe a São Paulo, prócer de uma espécie de "imperialismo benéfico" de São Paulo (ZUSMAN, 2001).

Prenunciado na expansão territorial comandada pelos bandeirantes e continuado na política de construção de ferrovias (impulsionada pelo surto do café), esse imperialismo paulista teria encontrado nos estudos do geógrafo francês uma sua variante acadêmica, dado que a maior parte dos que defendiam esta posição eram intelectuais que gozavam de uma proximidade com figuras importantes do grupo que havia participado diretamente da organização da USP. Desse modo, em larga medida sobrepondo o

[6] Geógrafos associados difusamente à ideologia expressa por setores da sociedade paulista próximos dos membros da chamada "Comunhão Paulista", que participaram ativamente da fundação da USP, viam como algo natural a liderança paulista (CARDOSO, 1982) e faziam um uso politicamente orientado da figura do bandeirante.

tratamento que Monbeig conferia ao fenômeno das franjas pioneiras aos desígnios explicitados pelas elites paulistas em seu projeto de país, o posicionamento que aproximava o trabalho intelectual do geógrafo francês ao projeto de poder do "grupo do Estado" acabou considerando seus escritos como não mais que uma justificativa de cunho científico que visaria a legitimar os anseios hegemônicos de classe do grupo que intermediou sua vinda ao Brasil:

> Poder-se-ia inferir dessa afirmação, então, que Monbeig associa o pioneirismo ao processo de avanço e ocupação do território, de diversificação e ascensão social, processo desejável para todo o território brasileiro. A frente pioneira de Monbeig apareceria assim carregando tanto a significação de democracia social contida na visão do bandeirante de Cassiano Ricardo quanto dos valores de democracia social, política e de progresso presentes no discurso de Jackson Turner vinculado à Marcha para Oeste americano (...). A partir da abordagem da frente pioneira, ele faz da Marcha para Oeste em São Paulo seu principal assunto de pesquisa e, desta maneira, legitima o projeto político e econômico de seus protetores: a elite ilustrada paulista (ZUSMAN, 2001: 27).

Entre as diversas formas de relacionamento das representações geográficas do país com as questões que envolviam a constituição da identidade nacional, a problemática da fronteira mereceu, decerto, um lugar de destaque (SOUZA, 1998; WEGNER, 2000), visto que, no Brasil, uma das vertentes mais influentes a problematizar o espaço no pensamento político-social tomava a expansão territorial, levada a cabo a partir dos movimentos bandeirantes, como o "marco zero" da construção do país.

Entendendo o processo expansivo das entradas e bandeiras como "o evento histórico original que fez nascer a nação" (OLIVEIRA, 2000, p. 80), os autores partícipes da vertente da fronteira no pensamento político-social retomaram simbolicamente a epopeia bandeirante – fundada objetivamente no apresamento de povos indígenas e na busca de pedras preciosas – para a construção de um robusto mito de identidade. Esforçaram-se estes

autores por nacionalizar um mito de alcance regional, estabelecendo uma relação complementar entre espaço, geografia e nacionalismo que ultrapassava a mera ilação de que os bandeirantes teriam sido os principais artífices do patrimônio territorial herdado dos portugueses (VELLOSO, 1990).

Pois bem, a tentativa de aproximar os pioneiros americanos dos bandeirantes luso-brasileiros, reinterpretando suas ações para forjar um mito que reforçava o caráter nacional da expansão territorial por eles engendrada, ganhou, no século XX, uma versão atualizada (OLIVEIRA, 2000). Nesse registro, os fazendeiros paulistas que estavam à testa da expansão do café (iniciada no século XIX), considerados os herdeiros diretos do legado bandeirante, poderiam sem prejuízo ser chamados de "novos bandeirantes". Em tais interpretações, estes fazendeiros e seus prepostos – não por acaso integrantes das elites econômica e política do estado de São Paulo – eram compreendidos como agentes ativos da modernidade, uma vez que, por meio das cidades que fundavam e das fazendas que abriam, punham-se a conquistar terras "vazias" para o Estado brasileiro, levando a economia da nova civilização industrial que despontava no planalto paulista aos longínquos sertões indevassados do território nacional (RAIMUNDO, 2001).

Guardadas as devidas diferenças, que não vem ao caso detalhar, as ferramentas conceituais manejadas por Pierre Monbeig em seus estudos sobre o fenômeno pioneiro no Brasil, que ele identificara na expansão das lavouras de café e algodão observadas pessoalmente em São Paulo e no norte do Paraná (MONBEIG, 1940; 1952; 1957; 1966), revelavam, grosso modo, sua familiaridade com esse tipo de interpretação, evidente quando o geógrafo francês discutia o que chamava de "psicologia bandeirante", traço da mentalidade coletiva brasileira fixado na memória dos que, em pleno século XX, empreendiam suas migrações:

> Em todos os países novos, do norte ao sul do continente americano, observa-se a sedução das terras novas e a paixão pelo ganho rápido do dinheiro. Apelo do Grande Norte ao Canadá, marcha para oeste, ainda não há muito tempo, nos Estados Unidos, desbravamento do sertão paulista, não passam de variações de um grande tema continental. Ali o colono moderno se põe a serviço do caçador, acolá se converte em herdeiro do *pionner;* em São Paulo é o continuador do bandeirante (MONBEIG, 1984 [1952]: 124).

Não é possível ratificar um eventual consenso que confirme a plena associação entre a produção científica de Pierre Monbeig sobre as franjas pioneiras, a mitologia criada em torno da figura do bandeirante e os projetos governamentais estaduais e federais que efetivamente se materializaram no território (provocando alterações na configuração espacial de São Paulo e do país). Contudo, pode-se realmente encontrar, em suas obras, inúmeras passagens em que ficam claras suas intenções de capitanear um grupo de intelectuais comprometidos com a construção de um programa coletivo de pesquisas multidisciplinares que visava a fornecer embasamentos técnico e científico para determinadas ações governamentais. Porém, dada a distância entre intenção e gesto, pensamos haver ainda uma lacuna no que diz respeito aos estudos que analisaram o quanto essas produções ideológicas foram eficientes, passando do plano das elaborações culturais para o das práticas políticas concretas.

Isto nos obriga a não aceitar, senão com reservas, as aproximações que vinculam diretamente o pensamento de Monbeig e de seus discípulos a um específico projeto político paulista apenas pela importância que este geógrafo objetivamente conferia ao que denominava "psicologia bandeirante", um dos fatores explicativos utilizados para compreender a instabilidade e a extrema mobilidade do povoamento dos planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná.

Tal arranjo explicativo, que conferia pesos diferentes aos fatores de ordens psicológica e geográfica no processo de alteração das fisionomias paisagísticas, seria utilizado explicitamente

quando Monbeig retomou, de forma clara, a temática da psicologia bandeirante em sua obra mais conhecida (MONBEIG, 1952). A bem dizer, o capítulo referente à mentalidade dos pioneiros é o mais curto dos que compõem a segunda parte do livro primeiro de seu estudo sobre as zonas pioneiras de São Paulo, e deve ser entendido dentro da explicação fornecida por Monbeig como um todo, sublinhando-se alguns aspectos.

Em primeiro lugar, a recuperação da figura do bandeirante – que, à época, era celebrado por setores intelectuais tradicionalistas ligados à elite política e econômica de São Paulo como a mais perfeita encarnação das qualidades genuinamente paulistas – cumpria a função de sublinhar o fato de que a incessante ocupação de terras a que se denominava pioneirismo (expresso na conquista de solos fundamentada numa atividade agropastoril essencialmente comercial) aparecia aos olhos de Monbeig (assim como o bandeirismo aparecia aos olhos da sobredita elite tradicionalista) como um fenômeno original da sociedade paulista:

> Em sua forma atual, a 'Marcha para o oeste' é essencialmente paulista e continua a sê-lo, mesmo ao penetrar territórios de outros estados, porque não somente o impulso é dado por São Paulo, como a maior parte dos homens provêm desse estado e as relações econômicas se fazem sobretudo com São Paulo e Santos (MONBEIG, 1984 [1952]: 23).

Esse tipo de enquadramento decerto aproxima Monbeig dos desígnios expostos pelos participantes da "Comunhão Paulista", que compreendiam o "imperialismo benéfico" de São Paulo como uma forma de civilização de outras regiões brasileiras (ZUSMAN, 1996), estagnadas num estágio inferior de desenvolvimento e vistas como regiões atrasadas que dificultavam a sincronização do Brasil com a velocidade do mundo moderno. Neste caso, sua visão sobre o fenômeno pioneiro ficaria seguramente próxima da retórica territorialista amplamente divulgada pelos próceres do regime varguista, ao longo dos anos do

Estado Novo (1937-1945) – período que, aliás, coincidiu quase que totalmente com o de sua estadia no Brasil.

Ao fim e ao cabo, essa espécie de "neobandeirismo" do Estado Novo, que promovia a retórica sobre a ocupação dos "espaços vazios" como uma missão patriótica (LENHARO, 1986), era uma visão de mundo que parecia ser mesmo aceita, em seus termos gerais, por Monbeig. Este conferia uma dimensão de corte mais geográfico à afirmação que justificava o domínio econômico de São Paulo sobre as demais regiões do Brasil, pois o que estaria a ocorrer seria mais exatamente um fenômeno de polarização, consequência da centralidade de São Paulo e resultado da captura econômica exercida pela capital e capitais paulistas em áreas muito afastadas. Em termos atuais, poder-se-ia dizer que São Paulo hegemonizava os fluxos econômicos de outras regiões, organizando-os e ordenando-os sob seu comando por meio de um sistema de circulação que Monbeig (1952) chamou de "bacia de drenagem", analogia feita com a rede fluvial que prenunciava, quase *ipsis litteris*, os termos futuramente utilizados por Kayser (1968) na análise da organização regional do espaço econômico dos países subdesenvolvidos.

Considerações finais

Seja como for, pode-se indicar que Monbeig buscou enredar o desenvolvimento dos "modos de pensar" aos fatores que constituíam a combinação momentânea de elementos expressa por um determinado complexo geográfico, conferindo um pouco mais de profundidade ao velho tema das influências do meio nos grupos humanos, então transmutado nas relações entre as estruturas econômicas em sua realidade terrestre (o meio geográfico já construído) e as superestruturas mentais próprias de cada gênero de vida.

Para ele, a mentalidade coletiva pioneira, que não se reduzia à "psicologia bandeirante", dizia respeito às influências recíprocas que relacionavam as paisagens pioneiras aos modos de pensar e aos gêneros de vida em desenvolvimento nos planaltos paulistas, tal uma predisposição subjetiva que influiria na estruturação do complexo geográfico. Pois, ao lado dos fatores econômicos, do esgotamento dos solos e da pobreza generalizada, a "psicologia" dos pioneiros poderia também dar sentido aos constantes deslocamentos espaciais dos trabalhadores e às mudanças efetuadas na pauta produtiva de pequenos e médios fazendeiros, que, imitando os grandes negociantes, sempre procuravam o nicho de mercado no qual pudessem obter os maiores lucros.

É claro que esse tipo de análise, em muitos aspectos, pode ser, sem prejuízo, considerada uma forma de naturalização da dominação exercida, na época, pelos grandes proprietários de terras, banqueiros, especuladores e demais tipos sociais colocados pelo próprio Monbeig no alto da pirâmide da estrutura social da sociedade pioneira. Realmente, relações sociais que se realizavam de forma assimétrica, desenvolvendo-se em uma estrutura social, política e econômica hierarquizada que favorecia a continuidade da dominação e da hegemonia dos grandes proprietários em detrimento dos pequenos, médios e dos simples posseiros, não eram alvos de críticas, nem sequer de reparação, surgindo efetivamente no registro de Monbeig como decorrência de uma naturalizada tradição "psicológica" já existente na sociedade brasileira. Esta seria fruto do "espírito senhorial" e de uma suposta mentalidade bandeirante, encontrada entre todos, que daria fundamento a um mito "cuja eficácia psicológica é incontestável" (MONBEIG, 1984, p. 121).

Ao final, o processo de incorporação de novas terras ao espaço econômico brasileiro, executado por meio da abertura de amplas áreas dedicadas ao cultivo de produtos voltados para o comércio internacional (como o café e o algodão) ou mesmo pela

formação de imensas pastagens (também orientadas para a produção de carne para o mercado externo), síntese das movimentações demográficas e econômicas integradas à expansão das frentes pioneiras (MONBEIG, 1952), permitiu que identificássemos um processo de acumulação primitiva mediado pela exploração e valorização dessas novas terras (MARTINS, 1979; 1995). Ou seja, entre as décadas de 1930 e 1960, a expansão territorial do capital logrou transformar espaços considerados vazios em áreas economicamente ativas do território nacional.

Tanto no caso de José de Souza Martins quanto na argumentação de Otávio Guilherme Velho, o realce dado à exploração da força de trabalho camponesa, com amplo uso de formas de remuneração não especificamente capitalistas (como a peonagem e os distintos tipos de parceria), e, mais importante, a referência à subordinação dos camponeses ao capital no processo de formação das fazendas[7] são pontos de fundamental relevância na análise da via trilhada pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. São também aspectos absolutamente fundamentais para se compreender como o processo de expansão territorial do capital encontrou-se mediado por um movimento de incorporação de terras e produção de mercadorias que nem sempre era executado a partir de relações de produção especificamente capitalistas (OLIVEIRA, 1996). No limite, a despeito de não ser esta a sua preocupação, nos parece que o geógrafo francês estava a observar e descrever *in loco* o movimento de desenvolvimento geograficamente desigual que marcou a expansão territorial do capitalismo no Brasil (NOGUEIRA, 2013).

Há, então, como pano de fundo da dinâmica posta pelas frentes pioneiras, um desvelo com a dominação de espaços e homens, que se punham, ambos, à disposição das vontades

[7] As etapas do desmatamento, preparação e cultivo das unidades de produção agropecuárias identificadas como um momento da acumulação primitiva (a formação do capital), e não como parte da reprodução ampliada do capital.

daqueles que controlavam o movimento. O saliente aspecto de luta entre os homens e o meio natural presente nesta definição traduzia-se no processo de transformação de paisagens naturais em paisagens humanizadas, que resultava na fundação de cidades, no surgimento de novos campos de cultivo e na conformação de uma rede de caminhos. Ademais, a definição das franjas pioneiras como uma zona de limites imprecisos que separava os "brancos" dos "indígenas" – praticamente sinônima da antinomia estabelecida entre a "natureza bruta" e os espaços naturais apropriados e conquistados pela "civilização" – imprimiu ao termo um sentido de dominação de povos e terras que recolocava a subordinação de grupos considerados inferiores ou primitivos, e a construção de cidades, campos e redes de transporte demandados por uma economia estruturalmente exógena como as qualidades gerais comuns a todas as regiões pioneiras do mundo.

O conjunto dos estudos geográficos sobre as frentes pioneiras pode ser visto como uma modalidade discursiva que se utilizava preponderantemente de conceitos de base espacial (tais como fronteira, paisagem e região) para elaborar explicações sobre o Brasil, principalmente por meio de um tipo de abordagem preocupada com questões atinentes ao espraiamento espacial do povoamento, à exploração econômica dos recursos naturais e à integração do território. Vê-se, daí, que a interpretação geográfica sobre as frentes pioneiras ganhou corpo dentro de um ambiente intelectual no qual as discussões sobre o processo de formação do Brasil não abdicavam de conceitos espaciais, já que, na época, era comum o uso de abundantes referências à natureza e ao território brasileiro para marcar as singularidades que envolviam a construção da identidade nacional.

Frise-se, além disso, o duplo caráter material e simbólico de que poderia revestir-se o entendimento do processo de ocupação territorial (MORAES, 2002; 2011), o que quer dizer que a expansão do povoamento e da colonização dentro de um território sob inconteste jurisdição estatal comportava sempre duas faces.

Uma face empírica, expressão das alterações sofridas na geografia material pela organização do território, seja por conta da influência de fenômenos econômicos, seja como resultado de movimentos migratórios que incidiam em mudanças do perfil demográfico; e outra face, por assim dizer, ideológica, mais evidente nas construções narrativas que buscavam se apropriar simbolicamente dos processos históricos, econômicos e demográficos para construir discursos que objetivavam embasar mitos de identidade ou apenas justificar diferentes estratégias de apropriação territorial.

Enfim, tendo em conta que a atividade econômica era considerada o principal móvel do processo de apropriação e consequente transformação dos meios naturais em paisagens culturais modernas (para ficarmos com expressões da época), vislumbra-se, pois, a hipótese de que ao tomar o fenômeno do pioneirismo como um parâmetro de regionalização para o estado de São Paulo, os geógrafos paulistas construíram um indicador palpável para avaliar o nível de desenvolvimento dos lugares. Isto porque era, então, comum examinar o atraso ou o avanço das paisagens paulistas tendo-se como referencial a herança exercida pela ação ou pela ausência dos fatores que acompanhavam o crescimento da atividade cafeeira.

Nesse caso, a caracterização de uma região como dinâmica ou decadente (termos que diziam respeito à prosperidade das atividades econômicas desenvolvidas em cada área) ou mesmo a sempre lembrada oposição que se fazia entre as "zonas novas" e as "zonas velhas" (qualificações utilizadas para se referir às correntes de povoamento. ARAÚJO, 1950; FRANÇA, 1960; MONBEIG, 1940, 1952, 1957; PETRONE, 1966) eram critérios de diferenciação de áreas que somente ganhavam sentido se se levava em conta o início da colonização engendrada em São Paulo pela expansão das lavouras de café e algodão. Pois, assim, uma área seria considerada dinâmica ou decadente sempre em relação às zonas pioneiras que apresentavam maiores níveis de

produtividade, assim como o povoamento só poderia ser visto como recente ou antigo tendo-se no horizonte o início do afluxo das levas de migrantes estrangeiros e nacionais ocupados com a abertura das frentes pioneiras.

Em resumo, o fenômeno descrito pelas frentes pioneiras parece indicar, em certo sentido, uma forma de compreensão da maneira como o capitalismo se desenvolveu no Brasil, que se fundamenta em uma chave interpretativa que congrega simultaneamente o espraiamento espacial da ocupação do território e a integração dos distintos focos de povoamento do então chamado "arquipélago brasileiro", conjugando a expansão dos fluxos internos representada pela circulação de mercadorias, pessoas, ordens e ideias com a organização de uma infraestrutura de comunicações compatível com as necessidades de deslocamento experimentadas pelo país a cada momento. De modo que se chega mesmo a vislumbrar, ao menos nos geógrafos que se detiveram neste tema, uma preocupação mais ou menos explícita com o papel do Estado como veículo de difusão dos sistemas de engenharia que garantiriam a fluidez interna e a consequente modernização do território (SANTOS, 2002).

Desse modo, tendo em vista a conjuntura da expansão mundial do capitalismo e do capital no início do século XX (HARVEY, 2011; ARRIGHI, 1996), dentro da qual o incremento do avanço pioneiro paulista foi uma manifestação contextualmente adequada, pode-se perceber que a ideia do desenvolvimento geograficamente desigual (prefigurada nas diferentes paisagens surgidas do contraste entre as áreas agrícolas dinamizadas pelos pioneiros, os centros urbanos que se dinamizavam e o incremento demográfico e industrial da capital paulista) ganhou um novo alcance com a crescente mundialização da economia. A propagação dos modernos processos de produção, que, a partir de então, vão se espalhando diferencialmente por todo o globo, fixando-se de forma concentrada em variados pontos da superfície terrestre, precipitou uma intensa especialização dos lugares (SANTOS, 1988).

Uma tal especialização do processo de produção do espaço, percebida na coexistência de paisagens pretéritas que respondiam a um arranjo surgido numa conjuntura histórica de um passado mais ou menos recente – o "mar verde de café" –, com paisagens modernas dinamizadas pelos então atualíssimos processos urbano-industriais, é uma chave interpretativa frutífera para se compreender as contradições estruturais que opunham as "zonas velhas" da expansão cafeeira (organizadas ainda no século XIX sob o regime escravista) às "zonas novas" das frentes pioneiras de meados do século XX (financiadas como um negócio de base capitalista), abrindo a possibilidade para que este processo possa ser interpretado retrospectivamente a partir da concepção que toma o espaço como resultado de uma "acumulação desigual de tempos" (SANTOS, 1997).

Referências bibliográficas

AB'SABER, A. *Bacia do Paraná-Uruguai: estudo da geomorfologia aplicada. Condições geográficas e aspectos geoeconômicos da Bacia do Paraná-Uruguai*. São Paulo: AGB (Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai), v. 1, pp. 76-93, 1955.

_____. "Relevo, estrutura e rede hidrográfica do Brasil". In: *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n° 132, pp. 225-228, 1956.

ABREU, M. de A. "Pierre Monbeig e os primórdios da geografia urbana no Brasil". In: SALGUEIRO, H. A. (org.). *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, pp. 129-158, 2006.

ADAS, S. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese de doutorado em Geografia Humana – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

ANDRADE, M. C. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. UFPE, 1987.

ANTUNES, C. F. *A Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, idéias e transformações*. Tese de doutorado em Geografia

– DG/PPGG/UFF, Niterói, 2008.

ARAÚJO FILHO, J. R. "A baixada do rio Itanhaém – estudo de geografia regional". In: *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n° 116, Geografia, n° 5. São Paulo, 1950.

ARRIGUI, G. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/Unesp, 1996.

BERDOULAY, V. "La formation de l'École Française de Géographie (1870-1914). Comité des Travaux Historiques et Scientifiques". In: *Mémoires de la Section de Géographie*, nº. 11. Paris: Bibliothèque Nationale.

BERNARDES, N. "A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 44, n° 3, pp. 519-527, 1982.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, I. A. R. *A universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Ed. Autores Associados/ Cortez, 1982.

CARVALHO, C. M. D. *Geographia do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

CHOLLEY, A. *La Géographie: guide de l'étudiant*. Paris: PUF, 1951.

CLAVAL, P. *Géographies et géographes.* Paris: L'Harmattan, 2007.

DANTAS, A. A. *Conexidade, complexo geográfico: Vidal de la Blache, Pierre Monbeig*. Tese de doutorado em Geografia Humana – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

DEFFONTAINES, P. "Regiões e paisagem do Estado de São Paulo: primeiro esboço de divisão regional". In: *Geografia*. São Paulo: AGB, ano I, n° 2, pp. 117-169, 1935.

DINIZ FILHO, L. L. *Território nacional: ideologias geográficas e políticas territoriais no Estado Novo (1937-1945).* Dissertação de mestrado em Geografia Humana – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

FOWERAKER, J. *The struggle for land: a political economy of the pioneer frontier in Brazil from 1930 to the present day*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

FRANÇA, A. *A marcha do café e as frentes pioneiras* (guia da excursão n° 3 realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia da UGI). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960.

FRÉMONT, A. *Aimez-vous la géographie?* Paris: Flammarion, 2005.

GUIMARÃES, F. M. S. *Divisão regional do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

HARVEY, D. *O enigma do capital – e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.

KAYSER, B. "A região como objeto de estudo da geografia". In: GEORGE, P.; GUGLIEKMO, R.; KAYSER, B. e LACOSTE, Y. (orgs.). *A geografia ativa*. São Paulo: Difel/Edusp, pp. 279-321, 1968.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Unicamp, 1986.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/Iuperj/UCAM, 1999.

MACIEL, L. A. *A nação por um fio – caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1998.

MACHADO, M. S. *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

MAIA, J. M. E. *A terra como invenção – o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

MARTINS, J. S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 2009.

MONBEIG, P. *Ensaios de geografia humana brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

_____. "A divisão regional do estado de São Paulo". In: *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1945-1946)*. São Paulo: AGB, v. 1, 1949.

_____. *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo.* Paris, Librarie Armand Colin, 1952.

_____. "O problema de divisão regional de São Paulo". In: *Aspectos geográficos da terra bandeirante.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1954.

_____. *Novos estudos de geografia humana brasileira.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957.

_____. *Les franjes pionnières*. Géographie générale, Encyclopédie de la Pléiade. Paris: Gallimard, pp. 974- 1005, 1966.

_____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, C. A. F. *A geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia/ FFLCH/USP, 1980.

MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas. Espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. "Notas sobre identidade nacional e a institucionalização da geografia no Brasil". In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, pp. 166-176, 1991.

_____. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. *Geografia histórica do Brasil – capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.

NOGUEIRA, C. E. "Frentes pioneiras e formação territorial: a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na consolidação do campo geográfico no Brasil". In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2012.

_____. *O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig*. Tese de Doutorado (Geografia Humana) – DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

_____. "A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da geografia brasileira (1930-1950)". In: *Terra Brasilis* (Nova Série)[Online], 5, 2015.

OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, L. L. *Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), 1993.

PETRONE, P. "A Baixada do Ribeira – estudo de geografia humana". In: *Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, n. 283, Geografia n. 14. São Paulo, 1966.

_____. "Anotações sobre o Departamento de Geografia". In: *Revista do Departamento de Geografia da USP*. São Paulo: DG/FFLCH/USP, v. 1, n. 1, pp. 7-19, 1982.

RADESCA, M. L. P. "O problema da energia elétrica." In: AZEVEDO, Aroldo (org.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. 4 vol. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

RAIMUNDO, S. L. *A invenção do mito bandeirante. Tradição e pensamento regionalista na historiografia paulista das décadas de 1920–1930*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. DG/FFLCH/USP, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, G. "Interrogando a ciência: a concepção vidaliana de geografia." In: *Confins* (On line), 8, 2010. Disponível em: http://confins.revues.org/6295. Acesso em: 9 de jul. 2014.

SALGUEIRO, H. A. (org.). *Pierre Monbeig e a geografia humana brasileira – a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, 2006.

SANTOS, E. O. "Tietê, o rio de São Paulo." In: AZEVEDO, Aroldo (org.). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana*. 4 vol. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1956.

SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado. Fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SEABRA, Manoel. "Caio Prado Jr. e os primeiros anos da AGB". In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (orgs.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: AGB/IEB/Edusp, 2008.

SENRA, N. (org.). *História das estatísticas brasileiras*. 4 vol. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SOUZA, C. V. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro.* Goiânia: UFG, 1997.

_____. "A fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado". In: *Sociedade e Cultura*. Goiânia: UFG, v. 1, n. 1, pp. 55-61, (jan./jun.) 1998.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Capitalismo autoritário e campesinato.* São Paulo: Difel, 1979.

VELLOSO, M. P. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista*. Rio de Janeiro: FGV, Textos CPDOC, 1, 1990.

WEGNER, R. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ZUSMAN, P. B. *Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. Dissertação de mestrado. PROLAM/ USP, São Paulo, 1996.

_____. "Na procura das origens da AGB". In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n. 78, pp.7-32, (dez.) 2001.